

**AO**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do  
Parnaíba - Codevasf

10ª Secretaria Regional de Licitações - 10ª/SL

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR CÉSAR FÉLIX FRAGOSO, Superintendente Regional CODEVASF 10ª/SR

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2025**

**Processo nº 59506.000374/2025-43-e**

**DO OBJETO**

O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a Execução dos serviços de pavimentação Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, por Sistema de Registro de Preços - SRP, em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da Codevasf, no estado do Tocantins, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados:

□ Item 1: Pavimentação asfáltica com CBUQ.

**A BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ nº 15.800.170/000128, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Japurá nº 1411 - Sala 01, Bairro Praça 14 de Janeiro, CEP 69.020-180, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, telefone (92) 98215 8515, neste ato representada por seu sócio proprietário o SR. Herivelto Farney de Abreu Filho, portador da RG nº 2900350-4, expedida pela SSP/AM e CPF/MF nº 028.926.292-50, vem, respeitosamente, perante a essa **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf - 10ª Secretaria Regional De Licitações - 10ª/SL**, dentro do prazo legal e nos termos dos itens 5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS, 5.3. Recursos Administrativos, 5.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação, ou ainda da inabilitação, deverá manifestar imediatamente, em campo próprio através do sistema, após o término de cada etapa da sessão (julgamento da proposta ou da habilitação/inabilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão. 5.3.5. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação (Pregoeiro) abrirá o sistema eletrônico, no prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, durante o qual os licitantes que manifestaram intenção de recurso em qualquer uma das fases estabelecidas no item 5.3.3 deverão, de forma imediata, em campo próprio do sistema, confirmar ou não sua intenção de recurso. 5.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados a apre-

CNPJ: 15.800.170/0001-28

Rua Japurá nº 1411 – Praça 14 de Janeiro - MANAUS - AM, CEP 69.020-180

(92) 3622-4887 / 3622-6832



sentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente., solicitar o **ACOLHIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO.**

## DOS FATOS

Em face da r. Decisão da **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf - 10ª Secretaria Regional De Licitações - 10ª/SL**, que declarou a empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ nº 15.800.170/000128, DESCLASSIFICADA, conforme Visualização as mensagens da Sessão Pública, Mensagem do Pregoeiro, Item 1, Para 15.800.170/0001-28 - Sr. Licitante, foi encerrada a diligência após análise da comissão. Proposta será desclassificada pelo não atendimento ao item 9.2 do edital. Enviada em 23/12/2025 às 10:01:18h.

## DAS CONSIDERAÇÕES FACTUAIS:

Trata o presente de recurso de irresignação do Recorrente em face da decisão da **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf - 10ª Secretaria Regional De Licitações - 10ª/SL**, na qual a licitante **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ nº 15.800.170/000128, teve sua proposta de preços DESCLASSIFICADA, Por não atendimentos ao item 9.2 DO Edital em referência. Diante da mudança de critério de julgamento das Propostas de Preços, da licitante por ora recorrente, faz-se necessária uma avaliação pormenorizada, a fim de que, ao final tenha sua Proposta de Preços CLASSIFICADA.

DA ILEGALIDADE NO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS da recorrente, conforme ao item 2. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- a) Forma de Realização: Forma eletrônica, por meio de sessão pública, no ambiente do sistema de Pregão Eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- b) Modo de Disputa: Aberto
- c) Valor estimado: Público
- d) Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário
- e) Critério de Julgamento: Maior Desconto
- f) Intervalo mínimo entre os lances: 0,5% (meio por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

## 8. FASE DE LANCES

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

CNPJ: 15.800.170/0001-28

Rua Japurá nº 1411 – Praça 14 de Janeiro - MANAUS - AM, CEP 69.020-180

(92) 3622-4887 / 3622-6832



### 8.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

## 9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.2. A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, deverá ser reformulada, **ao último lance ou valor negociado**, conforme o item 8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e enviada eletronicamente via sistema do portal <https://www.gov.br/compras>, por meio da opção "Enviar Anexo", concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas, contado a partir da convocação pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), bem como apresentar os documentos relacionados abaixo:

a) A Carta de Apresentação da Proposta - Anexo I deste Edital - Modelo I - deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, contendo o valor global para a execução do objeto desta licitação e o respectivo desconto ofertado pelo licitante sobre o preço global de referência da Codevasf, devidamente assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:

- Nome e endereço completo do licitante, e-mail, site, número de telefone, endereço, CNPJ e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor (Anexo I deste Edital - Modelo II).

b) Caso a licitante seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá enviar a declaração entregue através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaração PGDAS-D, referente ao mês anterior ao de apresentação da proposta, informando ainda em qual anexo da LC 123 encontra-se enquadrada;

c) Documentos exigidos no item 7 do Termo de Referência, bem como quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes.

## DO TERMO DE REFERÊNCIA

### 8. PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. A Proposta Financeira, **por Item**, deverá ser firme e precisa, com clareza e sem rasuras, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

8.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:

a) Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Anexo IV), que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, nos quais deverá ser inci-



dido linearmente o percentual de desconto ofertado pela licitante, conforme inciso II, § 4º do art. 54 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016.

Art. 54 da Lei nº 13.303 Lei Das Estatais, de 30 de junho de 2016  
II - **maior desconto;**

§ 4º **O critério previsto no inciso II do caput:**

I - **terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos;**

II - **no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.**

- Junto com a proposta, as Planilhas de Custos da Licitante deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;

- As Planilhas de Custos da Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;

**Os Artigos 13 e 14 da Lei 5.194/1966 são fundamentais para a regulamentação das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Brasil, estabelecendo que só profissionais habilitados podem assinar trabalhos (Art. 13) e que nesses documentos (projetos, laudos, orçamentos) deve constar sua assinatura, título e número de registro no CREA (Art. 14), conferindo validade jurídica e fiscalização aos atos profissionais.**

- Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço num mesmo item, no entanto, poderão ser oferecidos preços diferentes em itens distintos.

b) A licitante de melhor proposta classificada deverá apresentar as composições de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

- A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;

- A licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante;

- A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os **pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei**, dissídio coletivo, acordos ou conven-

CNPJ: 15.800.170/0001-28

Rua Japurá nº 1411 – Praça 14 de Janeiro - MANAUS - AM, CEP 69.020-180

(92) 3622-4887 / 3622-6832



ções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;

Os preços da mão de obra no Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) não são um valor único e fixo, mas sim parte de composições de custos detalhadas para serviços específicos, que variam de acordo com a data de referência e a localização (estado). O sistema é mantido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para obras de infraestrutura de transportes.

#### Como Acessar os Preços da Mão de Obra no SICRO

Para obter os valores exatos, é necessário consultar as tabelas e composições oficiais do DNIT:

- **Acesso via Portal do Governo:** As tabelas completas, incluindo insumos e composições de preços, ficam disponíveis para download no Portal Gov.br do DNIT. Você precisará baixar a referência mais atualizada.
- **Composições de Custos:** O custo da mão de obra é apresentado dentro das composições de custos unitários de cada serviço, onde são detalhados os custos horários (salários, encargos sociais, etc.) para horistas em regime normal de trabalho.
- **Manuais e Metodologia:** O DNIT também disponibiliza manuais que explicam em detalhes a metodologia de cálculo dos custos de mão de obra e encargos sociais, o que é crucial para entender a formação dos preços.

#### Observações Importantes

- **Variação de Valores:** Os preços mudam com o tempo devido a reajustes inflacionários e acordos sindicais, por isso é fundamental usar a tabela de referência mais recente.
- **Encargos Sociais:** O SICRO considera os percentuais de encargos sociais para horistas, o que afeta diretamente o custo final da mão de obra nas composições.
- **Obras Públicas:** O SICRO é a principal referência de custos para orçamentação e licitação de obras públicas federais no Brasil.



**Em resumo, não há um valor único e simples para a "mão de obra", mas sim um sistema complexo de tabelas que devem ser consultadas na fonte oficial do DNIT para obter dados precisos.**

- No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;

- As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto. 18 - Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço num mesmo item, no entanto, poderão ser oferecidos preços diferentes em itens distintos.

b) A licitante de melhor proposta classificada deverá apresentar as composições de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

- A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;

- A licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante;

- A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;

- No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;

- As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.

c) Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro DES)

- Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.

d) Detalhamento do BDI (Quadros DBDI)





- Um quadro para o fornecimento de materiais e equipamentos (Quadro BDI-F) e outro para os serviços (Quadro BDI-S), sob pena de desclassificação da proposta;
- No preenchimento dos Quadros - Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra;
- Deverá ser considerado no BDI, o ISS do município onde serão executados os serviços.

No caso de serviços que abranjam municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços;

- Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- No detalhamento do BDI - Quadros DBDI, não deverá constar do item "Despesas Financeiras" a previsão de despesas relativas aos dissídios;
- Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI.

A licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de "AM" na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão de obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência.

- Riscos: destina-se a contemplar custos adicionais que possam decorrer de eventos não previstos no planejamento detalhado da obra, mas que representam incertezas inerentes à atividade de construção e montagem. Essa componente visa garantir a continuidade e a viabilidade econômica da execução contratual diante de situações excepcionais que, embora não sejam rotineiras, podem ocorrer durante a execução dos serviços.

e) Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.

f) A proposta financeira será o valor do custo global da proposta mais o BDI proposto, conforme detalhado em planilha enviada pelo licitante.

9.2.1. Caso haja indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar a proposta, referida no item acima, para o e-mail: 10a.sl@codevasf.gov.br.



9.2.2. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.

9.2.3. Para efeito de preenchimento da Planilha de Custos do Valor da Proposta, o licitante deverá observar o disposto no parágrafo 4º art. 54 da Lei 13.303 de 30/06/2016 e não poderá:

a) Cotar preço unitário e global superior ao orçamento estimado pela Codevasf, nos termos do inc. IV do art. 56 da Lei 13.303/2016, ou inexequível, conforme dispõe o item 9.10.1 deste Edital.

b) Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.

9.2.4. O Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2.5. Na análise da proposta será verificado o atendimento das especificações técnicas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamento subsidiados ou a fundo perdido.

9.2.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.2.8. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

#### **DA MUDANÇA DE CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 15.800.170/0001-28 - Sr. licitante, solicito que verifique a possibilidade de redução do valor da proposta, **bem como o envio do anexo da proposta ajustada ao lance final**. Será aberto o campo próprio para envio do anexo. Concedo o prazo até as 15:20h do dia de hoje (19/12/2025).

Enviada em 19/12/2025 às 09:50:02h

Após ao envio da proposta de preços ajustada ao lance final, essa douta **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf - 10ª Secretaria Regional De Licitações - 10ª/SL**, através de seu pregoeiro, solicitou diligência para que enviarmos nova proposta de preços com o desconto de 20% (vinte por cento) de descontos para todos os preços unitários de cada item da planilha de custo unitário, mudando o critério de julgamento da proposta de preços, onde que o lance final no valor de R\$ 110,8880 (20,00%) caiu-se para R\$ 110,6700 com desconto de (20,1556%), gerando nesse sentido um desconto a mais do previsto para o lance final e ultrapassando o limite que a licitante por hora recorren-

CNPJ: 15.800.170/0001-28

Rua Japurá nº 1411 – Praça 14 de Janeiro - MANAUS - AM, CEP 69.020-180

(92) 3622-4887 / 3622-6832





te. Nesse sentido de desconto de 20% (vinte porcentos) para todos os preços unitários de cada item da planilha de custo unitário, afeta os preços da mão obra descumprindo assim o item **8. PROPOSTA FINANCEIRA**, “- A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os **pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei**, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;”

A **mudança nos critérios de julgamento da proposta após a publicação do edital** é, em regra, **proibida**, pois viola princípios fundamentais como a vinculação ao instrumento convocatório e a igualdade entre os licitantes, previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **O que a Lei nº 14.133/2021 estabelece**

- **Vinculação ao Edital:** O edital é a lei da licitação. Tanto a Administração Pública quanto os licitantes devem obedecer rigorosamente às regras e critérios estabelecidos no documento, incluindo os critérios de julgamento.
- **Publicidade e Transparência:** Qualquer alteração no edital deve ser divulgada da mesma forma que o documento original, reabrindo prazos, para garantir que todos os interessados tenham conhecimento das novas regras e possam formular suas propostas adequadamente.
- **Princípio da Isonomia:** Alterações nos critérios de julgamento durante o processo licitatório, sem a devida publicidade e reabertura de prazo, prejudicam os licitantes que elaboraram suas propostas com base nas regras iniciais, ferindo o princípio da igualdade.

#### **O que fazer diante de uma mudança irregular**

Se a Administração Pública tentar mudar o critério de julgamento após a fase de propostas sem a publicidade necessária e a reabertura de prazos, os licitantes prejudicados têm o direito de agir:

1. **Impugnação do Edital/Ato:** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021. A intenção de recorrer de atos como a inabilitação, habilitação, desclassificação ou classificação deve ser manifestada imediatamente, seguindo os procedimentos e prazos estabelecidos no edital ou regulamento.



2. **Representação aos Órgãos de Controle:** É possível apresentar denúncia ou representação aos Tribunais de Contas (como o TCU ou TCEs) ou ao Ministério Público, que são responsáveis por fiscalizar a legalidade dos processos licitatórios.

3. **Medidas Judiciais:** Em último caso, pode-se buscar a via judicial para garantir o cumprimento da lei e a anulação do ato irregular.

Em resumo, a alteração dos critérios de julgamento após a publicação do edital é uma ação grave que compromete a validade jurídica do certame, a menos que seja feita com total transparência, publicidade e reabertura dos prazos legais.

O Sistema de Custos Rodoviários (SICRO) do DNIT não estabelece pisos salariais por si só; ele é um sistema de referência de custos para obras públicas rodoviárias. O sistema utiliza como base os pisos salariais normativos que são fixados por:

- Lei (como o salário mínimo nacional ou leis estaduais de piso salarial);
- Dissídio Coletivo;
- Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) específicas da categoria profissional e do município/região onde os serviços serão executados.

Como funcionam os pisos salariais no SICRO

Em processos de licitação de obras públicas que utilizam o SICRO como referência, a administração pública exige que os licitantes observem os seguintes critérios para a mão de obra:

1. **Referencial de Custo:** As composições de preço unitário do SICRO contêm custos de mão de obra que servem como referência ou teto para o orçamento base da licitação.
2. **Obrigatoriedade Legal/Normativa:** No entanto, os valores reais a serem pagos pelas empresas contratadas devem ser, no mínimo, iguais aos pisos salariais definidos nos instrumentos normativos (leis, CCTs, acordos coletivos) aplicáveis à localidade da obra.
3. **Localização Geográfica:** O piso salarial varia consideravelmente de acordo com o sindicato e a região do país. Por isso, a empresa li-



citante deve aplicar o piso vigente para o(s) município(s) específico(s) onde o serviço será realizado.

Portanto, para saber o valor exato do piso salarial, é necessário consultar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo (ACT) da categoria profissional envolvida (ex: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada, Sindicato dos Engenheiros, etc.) na localidade da obra, ou a legislação estadual/federal aplicável.

Partindo do conceito em que as classes operacionais de trabalhadores da construção civil são regidas por leis trabalhistas e por **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo (ACT)** as quais não podem ser mudadas para formulação dos preços dos lances ofertados, sabendo que as bases utilizadas para formulação dos preços são do SINAP (caixa) e SICRO que fornecem os preços de base salarial e dos serviços a serem executados seguem o parâmetro ideia e já dentro das normas trabalhistas.

- Diante dessas informações encontramos na formulação da proposta do licitante declarado CLASSIFICADO no certame a inconsistência em alterar os valores das bases salariais dos trabalhadores amparados por lei que já garantem o mínimo dos direitos trabalhistas, a licitante CONSTRUTORA ALJA LTDA fez incidir os descontos sobre os valores de mão de obra, retirando o custo sobre a classe que é amparada por lei e convenções trabalhistas, sendo assim, sabemos que não podem ser retirados os direitos já garantidos por lei e convenções trabalhistas.

#### **Neste caso mostramos o item para comparação.**

As Composições de preços apresentadas trazem preços distintos e a baixa do estimado, neste caso já sabido e adotado como prática irregular modificar ou dar descontos nos itens de mão de obra.

Preços fornecidos pela base SICRO e SINAP nos anexos do edital;

CÓDIGO	BASE	DESCRIÇÃO	UND MEDIDA	PREÇO
P9821	SICRO	PEDREIRO	H	26,4804
P9824	SICRO	SERVENTE	H	20,9631
P9830	SICRO	MONTADOR	H	29,2458
P9853	SICRO	PRÉ-MARCADOR	H	21,8548
P9807	SICRO	BOMBEIRO HIDRÁLICO	H	33,6373

Preços do licitante declarado CLASSIFICADO;

CÓDIGO	BASE	DESCRIÇÃO	UND MEDIDA	PREÇO
P9821	SICRO	PEDREIRO	H	22,4196
P9824	SICRO	SERVENTE	H	17,7484
6111	SINAP	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	12,0624
P9830	SICRO	MONTADOR	H	24,7610

CNPJ: 15.800.170/0001-28

Rua Japurá nº 1411 – Praça 14 de Janeiro - MANAUS - AM, CEP 69.020-180

(92) 3622-4887 / 3622-6832



P9853	SICRO	PRÉ-MARCADOR	H	18,5034
P9807	SICRO	BOMBEIRO HIDRÁLICO	H	28,4790

Notamos claramente a formulação de descontos dos valores incidindo sobre toda a mão de obra do orçamento apresentado.

Não é possível aplicar um "desconto sobre o salário da mão de obra" na licitação de engenharia. Os **salários dos trabalhadores devem respeitar a legislação trabalhista** (CLT, acordos e convenções coletivas) e o orçamento da licitação deve refletir os custos de mercado.

O desconto em uma licitação pública de obras e serviços de engenharia refere-se à **redução do preço global ofertado pela empresa licitante em relação ao valor orçado pela administração pública**, e não a um desconto direto sobre os salários dos funcionários.

#### Pontos importantes:

- **Salários Protegidos:** O Artigo 462 da CLT proíbe o empregador de efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo se resultante de adiantamentos, dispositivos de lei (como INSS e IRRF) ou de contrato/acordo coletivo. A licitação não é uma base legal para descontos salariais.
- **Formação de Preços na Licitação:** O valor de uma proposta em licitação é composto por custos diretos (materiais, mão de obra, equipamentos) e indiretos (BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, lucro, etc.). O desconto oferecido pela empresa na licitação decorre de sua eficiência, margem de lucro ou estratégia de mercado, mas deve sempre garantir a exequibilidade do contrato e o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais.
- **Propostas Inexequíveis:** Propostas com valores muito baixos (inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, na Lei 14.133/21) podem ser consideradas inexequíveis e desclassificadas, a menos que a empresa comprove sua viabilidade econômico-financeira, o que inclui a capacidade de pagar corretamente os salários e encargos.
- **Maior Desconto como Critério:** O critério de julgamento por "maior desconto" refere-se a um percentual aplicado sobre o preço global de referência estabelecido no edital, não sobre os salários individualmente.



Portanto, a empresa pode oferecer um desconto substancial no valor total da licitação, mas isso deve ser feito ajustando sua margem de lucro e eficiência operacional, nunca reduzindo ilegalmente os salários ou direitos dos trabalhadores.

Em conclusão, o princípio da isonomia desempenha um papel fundamental nas licitações públicas, garantindo a imparcialidade, a justiça e a igualdade de oportunidades. Sua aplicação efetiva contribui para uma Administração Pública mais transparente, íntegra e comprometida em buscar o melhor interesse público, ao selecionar os fornecedores de forma justa e ao assegurar tratamento equitativo ao longo da execução dos contratos. Assim, a isonomia fortalece a confiança na Administração Pública e reforça a legitimidade das licitações como mecanismo essencial para a efetivação do interesse público.

- Seguindo as análises ao processo da proposta de preço da licitante CONSTRUTORA ALJA LTDA, é correto afirmar que a mesma descumpra o item 10.5, alínea "B", que diz que; Registro de patrimônio líquido no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf por item.

Deste modo, com o valor orçado pela CODEVASF em R\$104.786.995,79 (cento e quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), a empresa concorrente deverá ter, no mínimo capital social ou patrimônio líquido de R\$ 10.478.699,57 (Dez milhões quatrocentos e setenta e oito mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos). A empresa declarada "CLASSIFICADA" apresenta capital inferior ao mínimo exigido, em consulta aos órgãos de gerenciamento a licitante tem capital de R\$ 8.255.800,00 (Oito milhões duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais), assim descumpra totalmente a o edital no item 10.5, alínea "B".

#### DO PEDIDO

Face ao exposto, requer-se seja acolhida o presente **RECURSO** para a reforma da decisão dessa **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-Codevasf - 10ª Secretaria Regional De Licitações - 10ª/SL**, que desclassificou a proposta de preços da licitante **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ nº 15.800.170/000128 (recorrente), para o provimento do presente Recurso Administrativo para reconsiderar a r. decisão proferida em DESCLASSIFICAR A PROPOSTA DE PREÇOS da recorrente a licitante **RECORRENTE**, para **CLASSIFICAR**, com base nos relatos acima apresentados, e julgar procedente as razões ora apresentadas, declarando-a **CLASSIFICADA**.

CNPJ: 15.800.170/0001-28

Rua Japurá nº 1411 – Praça 14 de Janeiro - MANAUS - AM, CEP 69.020-180

(92) 3622-4887 / 3622-6832



Pedimos a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa CONSTRUTORA ALJA LTDA por descumprir itens do edital e por descumprir leis e convenções trabalhistas apresentando proposta de preço com valores à baixo do mínimo salarial já aparado por lei e convenções trabalhistas.

Se caso nenhum dos pedidos sejam aceitos pedimos a NULIDADE OU REVOGAÇÃO de todo o processo licitatório por conter vícios insanáveis sobre o julgamento da proposta de preços, para serviços de engenharia a Lei 14.133/21 é clara e objetiva que o preço de desconto é GLOBAL e não por item.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com dossiê do processo, remetido ao Superior para análise e decisão final.

NESSES TERMOS,

CONFIA E AGUARDA DEFERIMENTO.

---

**BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**  
**CNPJ: 15.800.170/0001-28**  
**Herivelto Farney de Abreu Filho**  
**CPF: 028.926.292-50**  
**Titular**